

A cooperação entre instituições de ensino superior e de investigação é um elemento essencial para o avanço de ambas as áreas, numa concepção dinâmica da universidade que a entende como competitiva e em mudança. A criação do Centro de Estudos Africanos do ISCTE deveu-se ao reconhecimento da importância desta área de estudos pela instituição de acolhimento – ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa – e foi, desde o início, um espaço de colaboração entre várias instâncias do ensino e da investigação tanto em África como na Europa. Volvidos 30

anos desde a sua fundação, em 1981, reconhecemos que um longo caminho foi percorrido com a criação de um programa de doutoramento, três programas de mestrado e o desenvolvimento de três dezenas de projectos de investigação ligando investigadores e instituições africanas e europeias. Ao longo deste percurso o panorama universitário alterou-se profundamente em ambos os continentes, bem como as premissas que subjazem à sua remodelação e reestruturação. No início dos anos 80 era forçoso reconhecer que, depois de um primeiro avanço que se seguiu às independências onde floresceram várias universidades africanas, tais como Makerere no Uganda, Dar-es-Salam na Tanzânia, Eduardo Mondlane em Moçambique e Agostinho Neto em Angola, o ensino universitário estava descurado e muitos dos que pretendiam seguir os seus estudos universitários o faziam em instituições europeias e americanas. A cooperação consistia, sobretudo, dos programas de bolsas que suportavam a vinda de académicos africanos para as academias euro-americanas. O próprio ensino e investigação na Europa inseria-se em sistemas nacionais sem relacionamento institucional entre Estados soberanos. Trinta anos volvidos este panorama mudou na íntegra, tendo-se instituído em todo o espaço europeu novas formas de colaboração e articulação com carácter de obrigatoriedade para todas as instituições. O reconhecimento de que a sociedade do conhecimento é essencial para o desenvolvimento social e económico domina os novos paradigmas de intervenção internacional (Lopes, 2008). Por um lado, o investimento em investigação atingiu valores históricos; por outro lado, a cooperação universitária baseia-se actualmente em programas actantes, num sistema de creditação do trabalho académico e dos cursos comum a todas as instituições, e na articulação dos vários graus obtidos. Em África o reconhecimento da importância da formação académica tem levado a uma melhoria das universidades em alguns países, enquanto instituições como o CODESRIA e o OSSREA promovem a interligação entre universitários e investigadores de todo o continente. Diversas instituições têm promovido espaços de reflexão sobre o ensino superior e a investigação em África e a sua relação com a Europa, entre as quais a UNESCO ou o CODESRIA em Dakar; a nível nacional realçamos o trabalho desenvolvido pela fundação Friedrich Ebert, que organizou em 2007 o encontro África-Europa:

O CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS E A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Clara Carvalho

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL)

cooperação académica e as iniciativas conduzidas pelo Centro de Estudos Africanos, que tem lançado projectos e organizado colóquios focando a cooperação universitária nas suas múltiplas vertentes. Seguindo o trabalho realizado nestes vários fóruns, procura-se nesta comunicação identificar as premissas para o estabelecimento de uma cooperação articulada, e reflectir sobre o papel do CEA no novo quadro para a investigação que agora se desenha.

A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO COM ÁFRICA

A cooperação em educação com África insere-se actualmente no quadro de estratégias definidas pelos órgãos soberanos de que destacamos o NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África), criado em 2001, da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais que desenham, em conjunto com os órgãos paralelos da União Europeia, as condições em que se desenha a cooperação Europa-África. Na Cimeira de Lisboa, em Dezembro de 2007, foi reiterada a ideia de que a relação de cooperação entre os dois continentes deve assentar no princípio da igualdade e da equivalência de parceiros, um princípio que convém recordar dada a natureza histórica, baseada na desigualdade e na subordinação, dos laços que unem os países em questão. No quadro desta cooperação distinguimos aqui dois níveis, o da educação primária e básica, e o do ensino superior e da investigação.

O alargamento do ensino primário a toda a população mundial é um dos ODM e é, certamente, um objectivo prioritário em termos de cooperação, bem como aquele que tem mobilizado um maior número de recursos e suscitado uma maior quantidade de acções. Contudo, o reconhecimento do impacto e da necessidade absoluta da educação de base conduziu a que o ensino universitário e a investigação fossem descurados tanto pelos organismos internacionais como pelos próprios governos locais, fragilizando ainda mais instituições que depois do fulgor do período após as independências conheceram um pouco por todo o continente (com excepção da África do Sul) períodos de abandono. Actualmente este panorama mudou e o papel do ensino superior e da investigação é reconhecido por numerosos organismos como um dos elementos essenciais para ajudar a ultrapassar a diferença de formação entre muitas das academias africanas e as suas congéneres europeias, permitindo ultrapassar as diferenças de formação entre os dois continentes e mesmo travar a fuga de cérebros, *brain drain*, dos mais aptos.

No quadro do acordo Estratégia da UE para África, adoptada em Outubro de 2005, e que promove a realização dos ODM, é reconhecida a importância do desenvolvimento do ensino superior e da sua internacionalização. Este objectivo será alcançado em primeiro lugar pela criação de redes entre parceiros universitários envolvendo estudantes e académicos, mas também a partilha de recursos, nomeadamente ligados às TIC, e a inserção das universidades africanas em redes internacionais como forma de incentivar a melhoria da qualidade do ensino superior. Neste quadro é de realçar a criação dos programas EDULINK, no quadro dos países ACP, ou mais recentemente do esperado programa Nyerere, que permite o intercâmbio de alunos entre universidades europeias e africanas (Carvalho e Albernaz, 2008). Este programa é ainda reforçado pelo facto de o programa

Erasmus Mundus permitir a integração de universidades africanas no quadro da formação pós-graduada. Note-se que a implementação destes programas tem sido objecto de alguma controvérsia por parte de académicos africanos, que os acusam de promover ainda mais o *brain drain* (Obasi e Olutayo, 2009). Contudo, a sua recente e muito incipiente implementação não permite extrapolar conclusões e apenas apontar princípios gerais de colaboração.

A colaboração deve assentar no princípio de igualdade das instituições, mesmo que os recursos disponíveis sejam diferentes. Assim, seria de toda a conveniência que se partisse dos mesmos pressupostos que presidem à circulação de estudantes e professores no espaço europeu, e que estes fossem alargados a países africanos, como, aliás, está previsto nos pressupostos que regem a reforma do ensino superior universitário europeu. Esta circulação baseia-se nos seguintes princípios: circulação de estudantes e professores; equivalência dos graus; reconhecimentos do ensino através de um mesmo sistema de créditos baseado numa relação entre o trabalho exigido ao aluno e o tempo despendido (vulgo ECTS, acrónimo de *European Credit Transfer System*); e promoção da avaliação internacional do sistema de ensino. Note-se que estes são os princípios que presidem à reforma do sistema universitário europeu, geralmente designado por Processo de Bolonha, que visa promover a mobilidade de estudantes e professores, a equivalência de graus e a articulação com o sector económico. A introdução desta reforma tem sido feita por algumas universidades africanas, nomeadamente na Argélia e Marrocos, sob uma forte crítica relativamente aos seus objectivos e desajustamento face à realidade de uma academia que se apresenta muitas vezes como depauperizada e abrangendo uma ínfima parte da população (Khelfaoui, 2009). Contudo, apenas com base em princípios de equivalência e transparência se poderá avançar no sentido de um ensino realmente partilhado entre academias europeias e africanas – e não mais exportado da Europa para África.

No caso da colaboração entre instituições universitárias africanas e europeias, esta colaboração exigiria que os graus de ensino fossem desenhados segundo o modelo europeu do ensino superior, e que aos diferentes módulos de ensino fossem dados créditos ECTS. Os princípios adoptados devem suportar um ensino superior de qualidade equivalente entre os diferentes países, mas também adaptado às necessidades do mercado de trabalho e às prioridades de desenvolvimento dos países envolvidos. Este passo permite o estabelecimento de redes de colaboração entre instituições, que poderão ser desenhadas aos níveis académico, de pesquisa e investigação, mas também de colaboração administrativa e de gestão universitária (actualmente apoiadas por programas europeus como o EDULINK). Quanto à colaboração estritamente académica, esta pode ser desenhada tanto ao nível de troca de professores e de estudantes (incentivando a colaboração entre os diferentes Estados e não uma circulação unilateral Norte-Sul), como do estabelecimento de cursos e seminários maleáveis que incentivem esta colaboração para além da rigidez dos ciclos de estudo. Deviam-se assim incentivar as escolas de Verão direccionadas a alunos pós-graduados, os seminários de pesquisa, de apoio metodológico à realização de teses. Por outro lado, a inserção das universidades nas comunidades virtuais permitiria o acesso a meios digitalizados e formas de interacção pela

Internet, salientando-se a possibilidade do *e-learning*. Neste sentido, serve de inspiração o projecto *Campus Numérique* actualmente em curso em numerosas universidades francófonas africanas e europeias. Realçamos que os projectos de cooperação na pesquisa e desenvolvimento devem incluir a colaboração entre centros de investigação, e a partilha de meios, sendo aqui de incentivar o acesso a bases de dados e recursos digitalizados favorecidos actualmente por universidades europeias, mas de fácil acesso por universidades africanas. Finalmente, é de frisar a necessidade de programas de avaliação comuns que certifiquem a equivalência e competências comuns dos programas de ensino entre instituições universitárias europeias e africanas. Apenas neste quadro, que o actual sistema de cooperação Europa-África já permite, se pode falar de uma verdadeira cooperação e de um diálogo equilibrado entre as universidades e centros de investigação africanos e europeus.

O CEA E A COOPERAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR E A INVESTIGAÇÃO EM ÁFRICA

O CEA tem desenvolvido um papel essencial na criação e fortalecimento de laços de cooperação com académicos, investigadores, mas também instituições africanas tais como universidades e centros de pesquisa. As principais vertentes dessa colaboração foram o ensino ministrado ou creditado pelo CEA, e a investigação desenvolvida no seu quadro. A criação da primeira pós-graduação em Estudos Africanos, que evoluiu para mestrado em 1992, se encontra actualmente na 20ª edição. Inicialmente o ensino era ministrado sob a égide do Centro de Estudos Africanos e, durante os anos subsequentes, tornou-se a sua principal vocação. Esta pós-graduação, depois mestrado, tinha então uma configuração original, com quatro semestres lectivos, seguidos de tese, e foi alvo de numerosos apoios nacionais e internacionais em reconhecimento da sua pertinência. Recorrendo a financiamentos internacionais, este curso foi lançado com o suporte da cooperação alemã e portuguesa. Esta última subsidiou as despesas correntes e atribuiu bolsas a estudantes provenientes dos PALOP que muito contribuíram para a divulgação do mestrado junto de estudantes africanos. Em 1997 o mestrado passou a ser leccionado pela área de Estudos Africanos, integrando-se no ensino ministrado pelo ISCTE, e sendo de imediato seguido pela criação de um programa doutoral em Estudos Africanos. O ensino em Estudos Africanos constitui, por si, um marco importante para reflectir sobre as condições do desenvolvimento do ensino superior nos PALOP. Muitos dos que o frequentaram, como discentes e como professores, são hoje figuras de relevo em instituições universitárias e de pesquisa tanto nos PALOP como por todo o continente. Assim, os cursos de mestrado e doutoramento permitiram estabelecer uma rede de *alumni* e de professores que muito facilita a criação e desenvolvimento dos actuais laços de cooperação entre instituições. Por outro lado este repete um meio de desenvolvimento das ciências sociais em África que passa ainda pela formação avançada realizada na Europa. No actual quadro de desenvolvimento das instituições universitárias no continente africano, desenham-se novas colaborações agora baseadas no estabelecimento de cursos de pós-graduação em universidades africanas.

Enquanto uma unidade de investigação e desenvolvimento, o CEA tem igualmente contribuído para um melhor conhecimento da realidade educativa africana. A investigação sobre educação foi desde cedo reconhecida como uma área prioritária no Centro e um primeiro projecto, intitulado *Educação e Desenvolvimento na África Austral*, liderado pelo investigador Santos Marques (entretanto falecido), foi lançado em 1997. Este projecto envolvia uma equipa de oito investigadores, a maioria de instituições africanas, e permitiu criar uma primeira equipa de pesquisa sobre o tema que se reflectiu na organização da conferência internacional em 2005, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Desde 2007, e graças ao empenho das três investigadoras – Antónia Barreto, Ana Bénard da Costa e Margarida Lima de Faria – a investigação sobre educação ganhou um novo fôlego no CEA. Actualmente existe um grupo de pesquisa com dois projectos em curso, ambos com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, que permitem um conhecimento circunstanciado da educação básica e superior nos PALOP: *The role of civil society organizations in education and training: the case of Angola, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé e Príncipe*, e *Higher education and development: Portuguese cooperation with African Lusophone Countries*. Liderados pelo CEA, estes projectos envolvem numerosas instituições nos PALOP através de acordos de parceria.

O PAPEL DO CEA NO QUADRO DA COOPERAÇÃO PARA O ENSINO E INVESTIGAÇÃO

45

Finalmente gostava de salientar a posição do CEA no quadro da cooperação para o ensino e investigação. Entendendo que a nossa missão é facilitar o diálogo com investigadores europeus e africanos, temos privilegiado a circulação de pesquisadores e a criação de projectos comuns. Nesse sentido, estabelecemos protocolos de cooperação com diversos centros de investigação e organismos de apoio à investigação africanos, entre os quais realço o protocolo realizado com o CODESRIA para a divulgação e apoio à investigação. Por outro lado, todos os projectos são realizados com a colaboração de parceiros africanos, e permitem um diálogo estreito entre investigadores de diferentes origens e tradições académicas.

No CEA apoia-se a divulgação científica através de uma política de publicações de divulgação internacional e pela concepção, criação e gestão da Biblioteca Central de Estudos Africanos. Esta biblioteca, sediada no ISCTE, resulta de uma parceria com todos os centros de estudos africanos sediados em Portugal e possibilita aos estudiosos sobre África encontrar um importante acervo actualizado sobre todo o continente, focado nos estudos de ciências sociais, políticos e económicos. Finalmente, ao nível do ensino, o CEA tem procurado estabelecer um programa *Erasmus Mundus* que permita o intercâmbio de estudantes e académicos de universidades europeias e africanas, conscientes de que num futuro que esperamos breve, a colaboração entre instituições universitárias de ambos os continentes será uma constante.

O CEA tem vindo portanto a contribuir para o estabelecimento de redes de investigação e de formação pós-graduada com diversas instituições, estudantes e académicos africanos, tornando-se na instituição de referência para muitos dos nossos parceiros, um reconhecimento que nos honra e gratifica.

REFERÊNCIAS

Carvalho, Maria da Graça e Maria João Albernaz (2008). "Cooperação acadêmica entre África e Europa", in Tolentino, André Corsino *et al.* (org.), *África-Europa: Cooperação acadêmica*. Lisboa, Fundação Friedrich Ebert, 71-84.

Khelfaoui, Hocine (2009). "Introduction: Le Processus de Bologne en Afrique: Globalisation ou retour à la «situation coloniale?»", CODESRIA, *Journal of Higher Education in Africa*, 7 (1-2), 1-20.

Lopes, Carlos (2008). "Os quatro desafios para a cooperação acadêmica", in Tolentino, André Corsino *et al.* (org.), *África-Europa: Cooperação acadêmica*. Lisboa, Fundação Friedrich Ebert, 59-70.

Obasi, Isaac N. e Akinpelu O. Olutayo (2009). "Globalization, the Bologna Process and African universities: Limits and contradictions of market-oriented higher education reforms", CODESRIA, *Journal of Higher Education in Africa*, 7 (1-2), 159-187.